

A IDEOLINGUAGEM: CONSIDERAÇÕES SOBRE IDEOLOGIA E LINGUAGEM, NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO

Alfredo Luiz Paes de Oliveira Suppia*

RESUMO

Linguagem e ideologia. Dois termos que se relacionam constantemente. A língua, enquanto sistema fechado que medeia essas relações, materializa a ideologia e torna eficiente o discurso. Sob a perspectiva da Análise do Discurso, este artigo trata de alguns textos referentes à ideologia e à linguagem, com o objetivo de despertar a reflexão acerca das relações e fenômenos lingüístico-ideológicos.

Palavras-chave: ideologia, linguagem, discurso, língua, Análise do Discurso.

ABSTRACT

Language and ideology. Two terms that are related constantly. The language, while closed system that mediates these relations, materializes the ideology and becomes speech efficient. Under the perspective of Discourse Analysis, these article treats some texts regarding to ideology and language, such as the relation between both, with the objective of desperting a reflection about the linguistic-ideological phenomenons.

Key-words: ideology, language, discourse, Discourse Analysis.

“A língua é a mais complexa, a mais milagrosa, a mais estranha, a mais gigantesca e variada invenção humana. E nada é mais dinâmico e menos sujeito a tutelas autoritárias”

Millôr Fernandes

(Folha de S. Paulo, *Mais!*, 27/08/2000)

Linguagem e ideologia. Afinal, que relações mantêm estes dois termos, ou melhor, estas duas instâncias da existência humana? Como a ideologia atua na linguagem e quais as conseqüências de tal processo no que se refere ao sujeito? Neste texto, algumas questões sobre a relação linguagem-ideologia serão levanta-

Jornalista, pós-graduando em língua portuguesa e literatura brasileira pelas Faculdades Padre Anchieta (Jundiaí-SP) e mestrando em mídias pela Unicamp (Campinas-SP).

das, com o propósito de estimular a nossa reflexão acerca dos fenômenos da (in)comunicação.

Primeiro tratemos da ideologia. Em linhas gerais, ideologia é um sistema de idéias que explica a realidade¹. Conseqüentemente, esse sistema de idéias dá fundamento a determinadas doutrinas políticas ou sociais, adotadas por um grupo humano. Os pensadores da antigüidade clássica e da Idade Média entendiam ideologia como o conjunto de idéias e opiniões de uma sociedade. Já Maquiavel iria mais adiante ao dizer que tais idéias são diferentes “no palácio e na praça”, variando conforme as condições de vida dos que a defendem (BARSA, 1999:11). Para compreendermos melhor o que é ideologia, talvez seja importante tratarmos de alguns aspectos da filosofia como, por exemplo, a existência de duas correntes filosóficas básicas: o idealismo e o materialismo.

O idealismo é uma corrente filosófica que, por caminhos diversos, afirma a precedência da consciência sobre o ser, ou ainda, da realidade ideal sobre a realidade material. Uma de suas características é a de centrar sobre o “eu” (sob os aspectos da Alma, Espírito ou Mente) as bases da reflexão filosófica. Entretanto, as variações quanto ao entendimento dos conceitos gera diferentes correntes idealistas. Historicamente, Platão pode ser considerado o primeiro dos idealistas. Sua teoria das idéias afirma que o ser puro e perfeito não se encontra no mundo real (reino das aparências); a verdadeira realidade encontra-se no mundo das idéias, ou seja, no mundo inteligível, acessível apenas à razão. Para Platão, o mundo real ou sensível é uma cópia imperfeita das idéias puras que compõem o mundo inteligível.

Embora Platão tenha lançado algumas das bases do idealismo, o termo iria surgir apenas no século XVII. Dentre os mais importantes filósofos idealistas, destaca-se G. W. F. Hegel². Segundo Hegel, “o que é racional é real e o que é real é racional”; o espírito se realiza a si mesmo no mundo externo graças a um processo dialético de superação das contradições, que abriga três fases: tese, antítese (negação) e síntese (negação da negação). A sucessão de processos dialéticos conduz o espírito à perfeição.

Todas as doutrinas idealistas compartilham um postulado básico: a existência de uma realidade última que transcende o mundo físico, o produz e o ordena, dando-lhe sua razão de ser. Segundo César Aparecido Nunes (1987),

Em termos gerais, o idealismo consiste em confundir o real com o mundo das idéias e significados. Dar realidade às idéias, oferecer respostas ideais (de idéias) às questões reais (...) O idealista desqualifica a realidade e move-se por uma primazia exclusiva das idéias (...) extraindo da realidade um princípio, o idealista passa a exacerbar o princípio e negar a própria realidade. (p. 25-26)

A rigor, diametralmente oposto ao idealismo é o materialismo. Em linhas ge-

¹ “Há vários sentidos para a palavra *ideologia*. Em sentido amplo, é o conjunto de idéias, concepções ou opiniões sobre algum ponto sujeito a discussão” (ARANHA e MARTINS, 1986: 70).

² Hegel (1770-1831) elaborou um sistema filosófico que sintetiza o idealismo alemão.

rais, trata-se de uma corrente filosófica que reconhece na matéria a substância primeira e última de qualquer ser, objeto ou fenômeno do universo - a matéria é a única e essencial realidade.

Historicamente, já no século VI a.C., Tales de Mileto defendia a idéia de que a filosofia deveria debruçar-se sobre a realidade na explicação dos fenômenos do universo. Empédocles, em sua tentativa de conciliar princípios materialistas e idealistas, determinava quatro elementos substanciais no universo: a terra, a água, o fogo e o ar. Heráclito, o “pai da Dialética”, compreendia que tudo na natureza está em contínua mudança e contradição, e o sistema que elaborou iria influenciar significativamente filósofos posteriores. No entanto, o materialismo filosófico ocidental iria começar efetivamente no século V a.C., com Demócrito, segundo o qual tudo que existe no universo é composto por átomos. Essa teoria, denominada atomismo, seria a primeira filosofia materialista da antigüidade.

O Renascimento e o progresso das ciências naturais e da técnica deram novo impulso ao materialismo. Mas o personagem mais importante para nossa discussão em torno do que é ideologia - e talvez o mais importante pensador do materialismo - é o alemão Karl Marx. Crítico dos ideólogos alemães, Marx formulou um sistema filosófico denominado materialismo dialético, bem como uma teoria científica denominada materialismo histórico. O materialismo histórico, cujo enfoque principal recai sobre as transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção, consiste na aplicação dos princípios do materialismo dialético (ARANHA e MARTINS, 1986: 273). Dessa forma, o materialismo dialético pode ser compreendido como a filosofia do materialismo histórico, ou a teoria que trabalha a história enquanto ciência. Quatro princípios fundamentam o materialismo dialético: (1) a história da filosofia dissimula um processo em que se enfrentam o princípio idealista e o princípio materialista; (2) o ser determina a consciência e não o contrário; (3) toda matéria é essencialmente dialética, e o contrário da dialética é a metafísica e, finalmente, (4) a dialética é o estudo das contradições na essência mesma das coisas (BARSA, 1999: 358-359). Marx apóia-se na dialética de Hegel ao formular sua dialética materialista, e suas teorias serão de fundamental importância para nossa compreensão do que vêm a ser as ideologias. Vale a pena lembrar que, atualmente, presenciamos uma retomada das discussões em torno de pensamentos como o de Karl Marx, uma vez que o progresso tecnológico, a crescente sofisticação do conhecimento e o panorama histórico e social vêm dando novo “fôlego” ao pensamento materialista. Ademais, conforme afirmam Aranha e Martins (1986), é importante distinguirmos

o materialismo marxista, que é dialético, do materialismo anterior a ele, conhecido como materialismo mecânico ou “vulgar” (...) Enquanto o materialismo mecanicista parte da constatação de um mundo composto de coisas (...) o materialismo dialético parte da consideração de que os fenômenos materiais são processos. (...) O mundo não é uma realidade estática, não é um relógio, um mecanismo regulado pelo “divino relojoeiro”, mas é uma realidade dinâmica, é um complexo de processos. Por isso, a abordagem da

realidade só pode ser feita de maneira dialética, que considera as coisas na sua dependência recíproca, e não linear. (p. 272-273)

Após as breves introduções ao idealismo e ao materialismo, retornemos especificamente ao tema da ideologia. Marilena Chaui, filósofa e professora da USP, trata com propriedade o assunto em seu livro *O que é Ideologia?* (1980). Nesse livro, dividido em três partes³, a autora inicia a explicação acerca da ideologia de forma didática, partindo de exemplos bastante objetivos relacionados ao pensamento de filósofos gregos. Chaui pretende, na primeira parte intitulada "Partindo de alguns exemplos", falar do homem e sua relação com o real, examinando teorias como a das quatro causas (material, formal, eficiente e final), o antagonismo entre a Natureza (necessidade mecânica e impessoalidade) e o Homem (finalidade e liberdade), o redimensionamento ou adaptação dessas teorias face à ascensão burguesa e às relações dialéticas. A autora amarra a discussão em torno desses temas com o propósito de demonstrar como a ideologia se manifesta, ou seja, como nos deparamos, portanto, com

uma teoria geral para a explicação da realidade e de suas transformações que, na verdade, é a transposição involuntária para o plano das idéias de relações sociais muito determinadas.(...) Um dos traços fundamentais da ideologia consiste , justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas. (p. 10-11)

Um dos exemplos mais tomados pela autora na explicação dos fenômenos ideológicos refere-se à ideologia burguesa. Ao passar da desqualificação do trabalho (evidenciada na teoria das quatro causas) à sua nova valorização, a ideologia burguesa visa a consolidar seu poder numa sociedade sem escravos ou servos, na qual o valor não está relacionado ao sangue ou linhagem, e sim ao poder econômico e político resultante do esforço pessoal, da produtividade e da capacidade de poupança. Contudo, a ideologia burguesa irá reclamar a valorização do trabalho de maneira novamente dissimuladora da realidade, numa instância em que se relacionam dialeticamente o burguês propriamente dito, ou proprietário privado das condições de trabalho, e o trabalhador, homem livre que, por sua vez, vende sua própria força de trabalho. Ao examinar toda essa questão Chaui remete o leitor ao materialismo dialético e ao materialismo histórico de Karl Marx, bem como a passagens de *O Capital* (1867)⁴, preparando terreno para a última seção de seu livro, reservada à concepção marxista de ideologia. Ao imaginar que a realidade é algo que o antecede-

³ O livro de Marilena Chaui divide-se em três seções: a primeira, intitulada "Partindo de alguns exemplos", discute alguns princípios básicos da filosofia e introduz o leitor nas primeiras noções do que é ideologia; a segunda, "Histórico do Termo", faz um levantamento histórico do termo ideologia e, finalmente, a terceira parte do livro, "A Concepção Marxista de Ideologia", trata da ideologia sob uma perspectiva materialista.

⁴ *O Capital (Das Kapital)*, obra-prima de Karl Marx, reúne três volumes: o primeiro de 1867, o segundo de 1885 e o terceiro de 1894. Os dois últimos volumes foram editados por Engels, após a morte de Marx.

de e o domina, o ser humano prende-se aos fios centrais da teia ideológica. O real é explicado por idéias, que por sua vez nada têm a ver com a realidade que pretende explicar e até mesmo regular. A certa altura, Chauí (1980:20-1) relembra que

a história não é sucessão de fatos no tempo, não é o progresso das idéias, mas o modo como homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social que é econômica, política e cultural. (...) nessa perspectiva, a história é o real e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (família, condições de trabalho, relações políticas, instituições religiosas, tipos de educação, formas de arte, transmissão dos costumes, língua, etc.). Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas idéias ou representações, no entanto, tendem a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade chama-se ideologia. Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.

Na segunda parte de seu livro, Chauí trata da história do termo “ideologia”. Segundo a autora, o termo aparece pela primeira vez em 1801, no livro de Destutt de Tracy, *Éléments d'Idéologie (Elementos de Ideologia)*. Juntamente com outros pensadores, “Destutt de Tracy pretendia elaborar uma ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (CHAUI, 1980: 22). A autora prossegue lembrando que o termo “ideologia” seria empregado novamente, e desta vez com sentido mais próximo ao original, no *Cours de Philosophie Positive* de Augusto Comte. Nesse momento, ao termo seriam atribuídos dois significados: o primeiro, de “atividade filosófico-científica que estuda a formação das idéias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente”, e o segundo, de acordo com o qual ideologia também significaria “o conjunto de idéias de uma época, tanto como ‘opinião geral’ quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época” (CHAUI, 1980: 26). O termo “ideológico” também seria encontrado no livro *Regras para o Método Sociológico* (1895), de Durkheim⁵, com o significado de “sobras de idéias antigas ou pré-científicas”, ou ainda “noções vulgares”. De acordo com Chauí, “veremos, com o marxismo, como a concepção positivista de ideologia é, ela própria, ideológica”⁶ (CHAUI, 1980: 29). A autora conclui sua abordagem histórica do termo “ideologia”, afirmando que a mesma

⁵ Émile Durkheim, fundador da sociologia, define o que é “fato social” e formula o esquema metodológico com o qual estuda os fenômenos sociais em seu *Les Règles de la Méthode Sociologique* (Nova Enciclopédia Barsa, p. 167).

⁶ Marilena CHAUI, *O que é Ideologia?*, p. 29.

não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, que não é pré-conceito nem pré-noção, mas que é um 'fato' social justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de idéias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira de produção das idéias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais (p.31).

Na terceira e maior seção de seu livro, intitulada "A concepção marxista de ideologia", Chauí menciona especialmente a obra *A Ideologia Alemã* (1845-1846), de Karl Marx. "Marx não separa a produção das idéias e as condições sociais e históricas nas quais são produzidas (tal separação, aliás, é o que caracteriza a ideologia)"(CHAUI, 1980: 32), e critica os ideólogos alemães, que convertiam aspectos da realidade humana em idéias universais, passando a deduzir todo o real com base em aspectos idealizados. Embora conserve aspectos essenciais da filosofia hegeliana, Marx demonstra que "a contradição se estabelece entre homens reais em condições históricas e sociais reais"(CHAUI, 1980: 47). A esse processo se dá o nome de "luta de classes"; segundo Marx e Engels (1998:9), "A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes".

A dialética (marxista) é materialista porque seu motor não é o trabalho do Espírito, mas o trabalho material propriamente dito: o trabalho como relação dos homens com a Natureza, para negar as coisas naturais enquanto naturais, transformando-as em coisas humanizadas ou culturais, produtos do trabalho (CHAUI, 1980: 53).

Podemos tomar como exemplo típico de ideologia a relação labor x capital, tal como é difundida no sistema capitalista. O trabalhador é levado a crer que vende seu trabalho, mas na verdade o que realmente vende é sua força de trabalho. Se um operário produz 1000 mas recebe 200, ele está vendendo sua força de trabalho; está sendo remunerado por uma jornada de trabalho, um montante mínimo necessário para que ele sobreviva e mantenha-se produzindo. Desta forma, quem produz (o trabalhador) é dissociado do que produz. O excedente da produção, não-pago ao trabalhador, é apropriado pelo capitalista. Verificamos a *mais-valia* e, paralelamente a isso, a ocorrência de outros fenômenos apontados por Marx, tais como o a *alienação*, a *reificação* e o *fetichismo da mercadoria*. Uma clara manifestação da ideologia dominante (a ideologia burguesa), que proporciona a "manutenção" do sistema, está na afirmação de que "riqueza é fruto do trabalho". Essa noção omite o fato de que riqueza é fruto do trabalho dos outros, nada mais sendo que um produto de relações sócio-econômicas.

Assim, vemos hoje, no capitalismo, a classe burguesa dominar a classe trabalhadora, e a continuidade dessa relação de exploração (burguês x trabalhador) - aliás, uma relação dialética - garantida por uma ideologia vigente: a ideologia bur-

guesa. Vejamos o que afirmam Aranha e Martins (1986: 2777-8):

O que faz com que os homens não percebam a reificação e não reajam prontamente à exploração é a ideologia. À medida que o modo de produção vai sendo superado, a classe dominante procura retardar a transformação mantendo o modo de produção caduco com suas superestruturas, disfarçando as contradições, dissimulando as aparências e apresentando soluções reformistas, impedindo, assim, que as classes oprimidas formem a sua consciência social.

Exemplificando: justifica-se o fato de uma empregada doméstica ganhar pouco e não "subir na vida" por ser ignorante e sem iniciativa; admira-se a dedicação, disciplina e força de vontade de um "operário-padrão"; difunde-se a idéia de que as chances são iguais para todos na sociedade democrática e de que pelo trabalho e poupança é possível a ascensão social; considera-se o Estado uma instituição que visa ao interesse geral e que a lei é igual para todos.

O que se oculta é que a ignorância da empregada não é a causa, mas o resultado das condições inadequadas de educação a que ela não pode escapar; que as "qualidades" do operário-padrão o impedem de ter consciência do nível de submissão a que está reduzida a sua classe; que o salário pago pelo trabalho oculta a mais-valia e, portanto, a perenização da situação de proletário; que o Estado é a expressão dos interesses da classe dominante e que a lei é feita pela elite.

A ação dos mecanismos ideológicos se dá de diversas formas e por diversos veículos, chegando a se manifestar até mesmo numa instituição social que deveria, *a priori*, estimular a discussão em torno da exploração social: a escola. Aranha e Martins (1986: 77) abordam "como o texto didático veicula certos valores que visam adequar o indivíduo à sociedade, integrando-o na ordem estabelecida", apresentando à criança e ao jovem uma realidade invertida, estereotipada e idealizada. Ao invés de promoverem a formação de uma consciência social crítica e autônoma, textos didáticos do ensino fundamental e médio favorecem a sedimentação dos estratos ideológicos.

As ideologias nos infligem concepções de moral, de ética, enfim, de comportamento. A família, o Estado, a condenação do adultério feminino e do aborto, os ideais de Pai e de Mãe, o machismo, o nacionalismo, o fascismo e muitos outros "ismos" são também "formas de se ver o mundo" (e de se defender interesses), instituições ou pensamentos fundamentados em ideologias. Chauí (1980) ressalta, contudo, que cometemos um grave erro ao imaginarmos a possibilidade de substituição de uma ideologia "falsa" (ou dos dominantes), por uma ideologia "verdadeira" (ou dos dominados); uma ideologia plena, que não apresente "vazios" e "brancos", isto é, que dissesse tudo, deixaria de ser ideologia. Falar de ideologia dos dominados também é um contra-senso, uma vez que a ideologia é um instrumento de dominação.

Em síntese, a ideologia é um instrumento de dominação, que inverte a realidade

de e torna universais os interesses da classe dominante⁷. Age silenciosamente porque é tomada por explicação legítima e independente da realidade, quando na verdade é a realidade que a explica. Fundamenta-se nos interesses de determinada classe, ao invés de fundamentar-se na realidade social do homem ou, parafraseando Nelson Rodrigues, *n'a vida como ela é*.

A partir da explicação de Marilena Chaui sobre ideologia, com base no pensamento marxista, passemos a relacionar ideologia e linguagem. Primeiramente, o que vem a ser a linguagem? Tomemos a definição de Aranha e Martins (1986: 11):

A linguagem é um sistema simbólico. O homem é o único animal capaz de criar símbolos, isto é, signos arbitrários em relação ao objeto que representam e, por isso mesmo, convencionais, ou seja, dependentes da aceitação social.

Qual o papel da linguagem no fenômeno ideológico e vice-versa? Ora, a linguagem é o veículo primordial da ideologia, ou melhor, é o meio pelo qual as formações ideológicas ganham materialidade. Convém termos em mente que estaremos nos referindo mais especificamente à linguagem verbal (oral e escrita), embora haja diferentes manifestações da linguagem além do texto escrito e da fala. Há manifestações da linguagem também na pintura, na fotografia, no cinema e na mímica, meios não-verbais (ou que abarcam o verbo entre outros recursos) que também portam um discurso. No entanto, é a relação entre linguagem e ideologia, mediada pela língua, nosso principal objeto de discussão.

Neste ponto, é interessante tomarmos algumas noções que dizem respeito à mente humana e ao próprio pensamento. “Para o pensamento abstrato e conceitual, que se afasta do sensível, do individual, a língua se apresenta como condição necessária” (ARANHA e MARTINS, 1986: 15). Se considerarmos a teoria de que o pensamento conceptual, verificável na espécie humana, a diferencia dos demais animais, constataremos que só haverá ideologia onde houver linguagem. Neste ponto é interessante tomarmos algumas noções que dizem respeito à mente humana e ao próprio pensamento. De acordo com alguns lingüistas e psicólogos, existe um “pensamento puro” ou “pensamento pré-lingüístico”. Esse pensamento estaria relacionado a processos mentais dissociados do nível lingüístico. Contudo, a partir de certa idade, o “pensamento puro” associa-se organicamente ao nível lingüístico, resultando no “pensamento conceptual”. A predominância do pensamento conceptual remete intrinsecamente à linguagem. Vigotsky exemplifica toda essa questão de forma direta: segundo ele, pensamento e linguagem são elementos distintos, mas inseparáveis, na medida em que, devido a um processo evolutivo, “soldam-se num todo indissociável de forma que, no estágio do pensamento verbal, torna-se impos-

⁷ O Estado legitima a classe dominante, uma vez que idéias que representam interesses contraditórios são tratadas como representantes de interesses comuns; “É importante observar que (*i.e.* a ideologia) não se trata de uma ‘mentira’ que os indivíduos da classe dominante ‘inventam’ para subjugar a classe dominada. Também eles sofrem a influência da ideologia, o que lhes permite exercer como *natural* sua dominação, aceitando como *universais* os valores de sua classe” (ARANHA e MARTINS, 1986: 71).

sível dissociar as idéias da linguagem”(FIORIN, 2000: 34). Assim, concluímos que a língua é um sistema de relações, num universo de elementos lingüísticos. Tais relações concedem valores aos componentes desse universo lingüístico, permitindo a seleção dos elementos apropriados e a combinação mais adequada entre os mesmos⁸. Por ser um conjunto de elementos internamente organizados, a língua é uma estrutura. A partir de então emerge a fala como recurso de concretização da língua. “Ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá” (ORLANDI, 1999: 10). A fala transporta, para o mundo físico, o pensamento humano associado à linguagem. Nas palavras de Jean-Paul Sartre (1996: 117),

(...) é muitas vezes falando de nosso pensamento que tomamos conhecimento dele. A linguagem prolonga-o, arremata-o, dá-lhe precisão; o que era uma vaga “consciência de esfera”, um saber mais ou menos indeterminado, toma a forma de uma proposição clara e nítida ao passar para as palavras. De maneira que a cada momento nossa linguagem - seja exterior, seja interior - torna nosso pensamento mais definido; ela nos ensina alguma coisa.

Com isso, vemos que pensamento e linguagem são instâncias intimamente relacionadas, senão inseparáveis. O pensamento conceptual é “moldado” na linguagem, que por sua vez concretiza-se na fala. O encaixe do pensamento nos moldes da linguagem permite que se reflita, se mensure e se produza conhecimento. A linguagem ordena nosso pensamento, e nessa medida é capaz de gerar os mais complexos desdobramentos.

Prosseguindo, torna-se necessária agora a distinção entre fala e discurso. Segundo José Luiz Fiorin (1999: 11),

o discurso são as combinações de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é a exteriorização psico-fisiológica do discurso. Ela é rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso.

Dessa forma, verificamos que a fala é um fenômeno essencialmente individual, enquanto que a língua e o discurso são sociais. Para compreendermos melhor como a ideologia se manifesta e como a linguagem veicula a ideologia, devemos ter em mente também quais as relações e diferenças entre texto e discurso. Quanto a isso, tomemos novamente a definição de Fiorin (2000: 41):

Enquanto o discurso é a materialização das formações ideológicas, sendo, por isso,

⁸ “Ora, cada língua possui uma estruturação própria a nível de repertório (de signos) e de regras de combinação e de uso. Isso quer dizer que cada língua organiza a realidade de modo diferente da outra, pois estabelece repertório e regras diferentes. (...) Exemplo clássico é a língua esquimó, que tem seis nomes diferentes para designar vários estados de neve. Em português, temos apenas a palavra neve.” (ARANHA e MARTINS, 1986: 15).

determinado por elas, o texto é unicamente um lugar de manipulação consciente, em que o homem organiza, da melhor maneira possível, os elementos de expressão que estão a sua disposição para veicular seu discurso. O texto é, pois, individual, enquanto o discurso é social. Há um nível grande de liberdade no âmbito da textualização, enquanto, no nível discursivo, o homem está preso aos temas e às figuras das formações discursivas existentes na formação social em que está inserido.

Tratando discurso e texto como duas instâncias da linguagem, veremos que o primeiro encontra-se num nível mais profundo que o segundo. No discurso podemos verificar o abrigo da ideologia; no texto, mais ao nível da superfície, verificamos o instrumental estilístico que irá veicular o discurso (e, conseqüentemente, a ideologia), de forma adequada e mais ou menos bem sucedida. Há diferentes textos portadores de um mesmo discurso; todavia, os discursos são únicos. Conseguimos exercer nossa individualidade, ou seja, nossa criatividade ou “liberdade de expressão” no nível do texto, manipulando e optando por esta ou aquela “forma”. No que se refere ao conteúdo, estamos sempre reproduzindo discursos que “captamos” em nosso processo de aprendizagem lingüística, em nossa existência enquanto “seres sociais”. Dessa maneira, podemos perceber que não somos os “sujeitos” do discurso, mas “assujeitados” por ele. O assujeitamento age sobre o sujeito submetendo-o, ao mesmo tempo em que o apresenta como livre e responsável (ORLANDI, 1999: 51). O enunciador (por exemplo, o falante) não está livre das coerções sociais. Segundo Fiorin (2000: 43),

O falante, suporte das formações discursivas, ao construir seu discurso, investe nas estruturas sintáticas abstratas temas e figuras, que materializam valores, carências, desejos, explicações, justificativas e racionalizações existentes em sua formação social. Esse enunciador não pode, pois, ser considerado uma individualidade livre das coerções sociais, não pode ser visto como agente do discurso. Por ser produto de relações sociais, assimila uma ou várias formações discursivas, que existem em sua formação social, e as reproduz em seu discurso. É nesse sentido que se diz que ele é suporte de discursos.

Nestas várias formações discursivas que “absorvemos” (para depois as reproduzirmos), na ilusão de estarmos formulando um discurso próprio, abrigam-se as ideologias, dentre elas uma em especial: a ideologia dominante. Dessa forma, o “árbitro” da discursivização, como afirma Fiorin, não é o indivíduo, mas as classes sociais. “Os agentes discursivos são as classes e as frações de classe”(FIORIN, 2000: 43). Essa constatação tem por base o pensamento de Marx e Engels, de acordo com o qual a história (ou a própria realidade) do homem está relacionada ao modo de produção e relações econômicas e sociais (luta de classes). As ideologias estão estreitamente relacionadas às “visões de mundo” cultivadas em cada classe social, e o discurso lingüístico está sujeito a coerções ideológicas. Em resumo, vejamos o que afirma Eni P. Orlandi (1999: 17):

a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua (...). Essa relação (língua-discurso-ideologia) se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.

Conseqüentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos.

Sendo assim, percebemos que o discurso é efeito de sentidos entre os interlocutores, materializado na língua (a condição do discurso). Está relacionado a fatores histórico-sociais, sendo determinado ideologicamente. Não há discurso sem ideologia, uma vez que não há sentido sem interpretação (Cf.: ORLANDI, 1999). A ideologia materializa-se no discurso, o que, por sua vez, torna-se possível através da língua. Contudo, a ideologia “apaga” as ligações entre a língua e a historicidade, isto é, entre a língua e sua materialidade, apresentando-a de maneira transparente. Podemos constatar esse fato no fenômeno do *esquecimento* discursivo de Pêcheux (1975). Num discurso determinado ideologicamente, devemos fazer a distinção entre mais dois termos: o interdiscurso e o intertexto. Interdiscurso “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 1999: 33). Para que a palavra faça sentido, é necessário que ela já faça sentido, num mecanismo em que fala uma voz sem nome (Cf.: COURTINE: 1984)⁹. O interdiscurso é, pois, a relação de um discurso com diversos outros que o precedem. Pressupõe história e sociedade - e, novamente, ideologia - uma vez que, por exemplo, ao articularmos num discurso a palavra “independência”, estaremos relacionando-a, ainda que de forma inconsciente, à uma série de discursos precedentes que comportam a mesma palavra. Dessa forma, o esquecimento é estruturalmente importante para o interdiscurso, pois permite que o que se fala tenha sentido (porque já faz sentido), e ao mesmo tempo possa valer em diferentes textos e outros discursos, chegando a abrir espaço para novos sentidos. Todo discurso relaciona-se com outros discursos. Já o intertexto é a relação de um texto com outros textos. O texto também “chama” outros textos; no entanto, esse processo se dá num nível bem diferente do discurso, não estando ligado ao mecanismo do *esquecimento*.

Um dos grandes trunfos da ideologia em relação à linguagem está no fato de que muitos acreditam na “posse” ou “auto-suficiência” do discurso. Em virtude de o texto ser lugar de razoável manifestação da individualidade, o enunciador é levado a crer que exerce o domínio de seu discurso, numa suposta manifestação independente e autêntica. Entretanto, não é o que realmente ocorre. No nível do texto, como já vimos, o enunciador exerce eventualmente sua criatividade; no nível do discurso, não. O discurso é uma reprodução de outros discursos, por sua vez atrelados a ideologias formuladas pelas contradições ou relações das classes sociais. É bas-

⁹ Cf. COURTINE, 1984.

tante complexo livrarmo-nos dos discursos (ou melhor, das ideologias) que nos são infligidos(as) socialmente. À medida em que temos consciência disso e passamos a reconhecer de forma mais analítica a função da ideologia, tentamos nos “movimentar” com um pouco mais de autenticidade no tabuleiro do jogo lingüístico. Contudo, mesmo assim poderemos estar caindo em mera ilusão. “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 1999: 46). A ideologia promove a constituição do sujeito e dos sentidos, portanto, é muito difícil pensarmos em linguagem, ou melhor, em discurso, sem a ação da própria ideologia. O mais interessante é que, ao mesmo tempo em que constitui o sujeito e os sentidos, dissimula sua existência no interior do próprio processo que engendra. É por isso que muitos crêem ser “senhores” de seu discurso. De acordo com Orlandi, o sentido é uma relação determinada do sujeito - afetado pela língua - com a história (1999: 47); a ação da ideologia desencadeia no sujeito um sentimento de evidência, como se os sentidos já estivessem sempre lá - o “sentido-lá”. A autora (1999: 46) segue afirmando que

A evidência, que, na realidade é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção.(...)Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo - ideológico - de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais, constituindo-se transparências - como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade - para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.

Sendo assim, ao contrário do que comumente se pensa - com o “aval” da ideologia burguesa - a linguagem não é uma instituição individual, e sim uma instituição social. Se para muitos estudiosos não há pensamento sem linguagem, então não há linguagem sem sociedade¹⁰. Ao falarmos sociedade estamos nos referindo de forma genérica e abrangente a todos os níveis de relações humanas, mas especialmente ao nível econômico, este, segundo Engels, a última instância que determina as idéias e o comportamento dos homens.

Haja vista essas considerações, vale a pena lembrarmos da importância de fatores sociais na determinação de categorias lingüísticas. Por exemplo, tomemos o fato de, em várias línguas, o gênero masculino também ser adotado como indicador genérico, isto é, termo que abrange conjuntamente nomes masculinos e femininos. Muito provavelmente, isso se deve ao prestígio do homem em sociedades patriarcais. Fatores sociais, culturais e econômicos podem ter determinado, no passado, boa parte das categorias e elementos lingüísticos que compõem nossa língua

¹⁰ Aqui, vale a pena lembrarmos do marrismo, que será citado um pouco mais à frente. Para o lingüista Marr, as línguas são uma decorrência da divisão em classes sociais, apresentando-se como fenômeno ligado intrinsecamente às transformações sócio-econômicas.

tal como é conhecida hoje. Fiorin, ao tratar desse assunto, cita uma célebre frase de Guimarães Rosa: “toda língua são rastros de velhos mistérios”. Isso significa que “as razões do aparecimento das categorias lingüísticas existentes nas línguas modernas perderam-se no tempo (...) É no nível do discurso que devemos, pois, estudar as coerções sociais que determinam a linguagem” (FIORIN, 2000: 16).

A linguagem ou, melhor dizendo, a língua, ordena a realidade ao nosso redor reduzindo-a a signos inteligíveis e articulados para toda uma sociedade. Os vocábulos de determinada língua, por exemplo, agregam em seu interior uma “visão de mundo” própria da sociedade a que pertence. Dessa forma, a língua nos é apresentada como um conjunto de elementos designativos, cada um deles agregados a um valor. Esse valor tem sua origem, muito provavelmente, nas ideologias. Contudo, boa parte dos indícios que comprovariam as “ligações” entre o sistema (língua) e as ideologias diluiu-se no tempo. Com a evolução do sistema lingüístico, o mesmo adquire certa autonomia em relação às formações ideológicas, embora o componente semântico permaneça sendo determinado por fatores sociais. Hoje, a análise das formações ideológicas presentes num texto de determinada língua é realizada no nível do discurso: temos, então, a Análise do Discurso, especialidade lingüística que vem ganhando terreno com o passar dos anos. Ao articular conhecimentos dos campos das Ciências Sociais, Psicanálise e Lingüística, a Análise do Discurso dirige indagações a essas mesmas áreas do saber, ao levar a cabo suas reflexões sobre a história, a ideologia, o sujeito e a linguagem (Cf.: ORLANDI, 1999: 19-20). Sendo assim, não devemos nos esquecer de que, se a linguagem cria uma imagem do mundo, ao mesmo tempo é produto histórico social, portanto, criação do mundo cuja realidade ordena. Sobre a influência de fatores sociais no discurso lingüístico, bem como o lugar da língua (sistema) no processo, vejamos o que afirma Fiorin (2000: 72-3):

A língua em si não é um fenômeno que tenha um caráter de classe, uma vez que ela existia nas sociedades sem classes, existe nas formações sociais com classe e continuará existindo quando as classes forem abolidas. No entanto, as classes usam a linguagem para transmitir suas representações ideológicas. Ela também não é propriamente um fenômeno de superestrutura, mas é o veículo das representações ideológicas. No entanto, as formações discursivas, na medida em que constituem a materialização das formações ideológicas, são fenômenos da superestrutura. Por isso, a uma alteração das relações sociais de produção pode acabar por corresponder uma mudança nas formações ideológicas e, por conseguinte, nas formações discursivas (...) É preciso não entender as formações ideológicas e, portanto, as formações discursivas como mero reflexo das relações sociais. Todos os principais teóricos do materialismo procuraram afastar essa visão mecanicista.

Entretanto, como o discurso é um produto histórico e social, as transformações na estrutura social podem acarretar mudanças discursivas. Não existem representações ideológicas senão materializadas na linguagem. Por isso, excetuadas as formações discursivas, a linguagem não faz parte da superestrutura, mas é o seu suporte, é o seu instrumento que permite que as representações ganhem materialidade(...) A primeira

função da linguagem não é ser representação do pensamento ou expressão de comunicação, mas expressão da vida real.

No âmbito da discussão em torno da língua como superestrutura, ou sistema diretamente regido pela evolução histórica e transformações sociais, podemos destacar Nicolai Yacolevitch Marr (linguista soviético) e Joseph Stalin (dirigente soviético) como personagens que representam dois extremos dessa mesma discussão. Para Marr, a língua é um fenômeno de classe, amplamente relacionado às transformações sociais. Já Stalin afirma que a língua é um sistema fechado e independente, indo mais além: a linguagem seria totalmente autônoma em relação às ideologias. Carlos Vogt (1980), discute a entrevista concedida por Stalin em resposta às teorias marristas. Vogt ainda destaca Bakhtin (Volochinov)¹¹ como o autor que melhor defendeu a concepção de linguagem relacionada à ideologia, criticando o *objetivismo abstrato* sem, no entanto, cometer os excessos de Marr. Ainda segundo Vogt, a concepção da língua como sistema totalmente desvinculado da realidade social e das influências ideológicas é em si mesma uma concepção ideológica, que serve aos propósitos da classe burguesa, uma vez que interioriza e difunde os ideais burgueses de (pseudo) igualdade social, na qual os homens dispõem de iguais oportunidades.¹²

Portanto, com base em tudo o que vimos até aqui, a linguagem ou o sistema lingüístico (língua) tem por função o “ordenamento” da realidade visando a concretizar a expressão da vida real. É uma função social (linguagem pressupõe comunicação), e por isso atrelada às transformações sociais, muito embora manifeste-se individualmente na fala. Devemos pensar a língua como autônoma enquanto sistema lingüístico, uma vez que, dentre outras razões, não podemos sempre provar exatamente quais formações ideológicas influenciaram sua origem, quando e como. Todavia, no nível do discurso, a língua não pode ser considerada autônoma, pois está ligada diretamente a fatores sociais. Isso pode ser provado por meio do instrumental da Análise do Discurso, que examina a intertextualidade e as inferências e, resumindo, as ideologias que incidem sobre o discurso.

Comunicação é ação, ainda que tenhamos em mente que nem sempre linguagem pressupõe comunicação - em boa parte das vezes resulta na “incomunicação”. Mesmo assim, todo discurso influi na realidade - desde o mais sutil ao mais contundente. Comunicar é estimular “movimento”. Ao mesmo tempo, a linguagem, na qualidade de instrumento de comunicação (materializador e propagador das ideologias), pode servir à liberdade ou à tirania. O enunciador pode ser conservador, ao reproduzir um discurso dominante, ou contestador, ao colocá-lo em dúvida. O homem, enquanto “ser lingüístico”, insiste em ser “ideológico”.

Concluindo, percebemos que a linguagem é “veículo” de ideologias - fato que pode ser comprovado no nível do discurso - e revela-se, assim, um fenômeno extre-

¹¹ Suspeita-se que textos de Bakhtin tenham tido autoria atribuída a Volochinov, por motivos políticos.

¹² Cf.: VOGT (1980), “Linguagem, língua e poder”, in *Linguagem Pragmática e Ideologia*.

mamente complexo, à medida em que não se apresenta totalmente independente da realidade histórica e social, nem tampouco estritamente relacionada à ideologia. É oportuno lembrarmos o que é afirmado por Marx e Engels: “as relações de produção determinam o texto em última instância”. Isso nos leva à conclusão, em conjunto com outros aspectos, que o homem não é o senhor de seu discurso. Tende muito mais a ser um servo da palavra, pois interioriza e reproduz temas, figuras, conceitos e preconceitos oriundos das ideologias – estas produtos da realidade social e econômica. Portanto, no decorrer do aprendizado lingüístico, travamos contato com ideologias que se estabeleceram em nossa sociedade, para depois a reproduzirmos em nosso discurso, com a ilusão de estarmos sendo autênticos. Como afirma Eni P. Orlandi (1999: 9), “(...) não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político”. Ao construir seu castelos de signos que definem e organizam o real, o homem se aprisiona no interior de sua obra.

No estudo das relações entre linguagem e ideologia, é preciso termos a noção de que essa relação é organicamente necessária. O que propõe a Análise do Discurso é o exame do discurso em profundidade e plenitude. Sobre o papel da ideologia como elemento orgânico das manifestações lingüísticas, vejamos o que afirma Orlandi (1999: 48):

A ideologia (...) não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há aliás realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e da língua com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. São assim as imagens que permitem que as palavras “colem” com as coisas. Por outro lado, como dissemos, é também a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. Por seu lado, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão da transparência da linguagem. No entanto nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente. (...) Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. (...) O trabalho ideológico é um trabalho de memória e de esquecimento pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá.

Nesse apanhado de palavras da autora, percebemos um resumo do que discutimos até agora. Trata-se da compreensão de como a ideologia manifesta-se e atua

“inserida” na linguagem. A noção desses princípios nos levará a entender melhor não só os processos históricos e sociais, mas o das relações humanas mais cotidianas propiciadas pela linguagem.

Concluindo, a ideologia promove a relação palavra-coisa, é componente inseparável do processo de significação. Sem interpretação a linguagem “não faz sentido”. E sentido é história. Portanto, a ideologia atesta a relação da língua com a história, mesmo porque é o mecanismo que viabiliza essa relação. Linguagem e ideologia são termos intimamente relacionados. A ideologia intermedeia nossas relações com o mundo ao nosso redor, nos constitui enquanto sujeitos (assujeitados) e faz com que a língua signifique; aqui chegamos ao fim do discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de A. e MARTINS, Maria Helena P (1986). *Filosofando*. São Paulo: Ed. Moderna.

BARSA, Nova Enciclopédia (1999). São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações.

CHAUÍ, Marilena (1980). *O que é Ideologia?*. São Paulo: Brasiliense.

FIORIN, José Luiz (2000). *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1998). *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

NUNES, César Aparecido (1987). *Aprendendo Filosofia*. Campinas: Papyrus.

ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso - princípios e procedimentos* (1999). Campinas: Pontes.

SAMUEL, Rogel (org.) (1985). *Manual de Teoria Literária*. Petrópolis: Vozes.

SARTRE, Jean Paul (1996). *O Imaginário*. São Paulo: Ática.

VOGT, Carlos (1980). *Linguagem Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec-Funcamp.